

NAS TEIAS DA CIDADE: O ÚLTIMO CREPÚSCULO DA ESCOLA MILITAR DE PRAIA VERMELHA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-331>

Data de submissão: 22/04/2025

Data de publicação: 22/05/2025

Lívia Aparecida de Almeida e Sousa

Doutora Interdisciplinar de Linguística Aplicada

Universidade da Força Aérea (UNIFA)

livia.a.a.sousa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6421-1614/>

<https://lattes.cnpq.br/4959208116405206>

Luciana Marino do Nascimento

Doutora em Teoria e História Literária

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Universidade da Força Aérea (UNIFA)

zen.sansara@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-7774-6837>

<http://lattes.cnpq.br/2584650402012722>

RESUMO

No presente trabalho estudamos a memória da Escola Militar da Praia Vermelha, tendo como horizonte a participação dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, na Revolta da Vacina (1904) no Rio de Janeiro, em um momento de intensas transformações urbanas, políticas e sociais. Partindo de uma análise interdisciplinar, observamos como o espaço urbano carioca, sob a égide da Belle Époque, se configurou como palco de conflitos entre projetos de modernidade e reivindicações populares. A Escola Militar da Praia Vermelha, descrita por seus contemporâneos como um "tabernáculo da ciência", revela-se, nesse contexto, mais do que um estabelecimento de ensino: era um espaço de politização e sociabilidade juvenil, cujos vínculos internos favoreceram a insurgência contra o autoritarismo republicano. A partir da obra **A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha**, de Lobato Filho, e das contribuições de autores como José Murilo de Carvalho, Michel de Certeau e Michel Foucault, refletimos sobre o cotidiano escolar como arena de disputas simbólicas e práticas. Ao reconstruir essa experiência histórica, discutimos como a formação militar se constituiu entre tensões institucionais e o engajamento político, culminando no fechamento da Escola e na reconfiguração do modelo educacional das Forças Armadas.

Palavras-chave: Escola militar. Revolta da Vacina. História militar. Cotidiano. Política.

1 INTRODUÇÃO

No alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro transformava-se rapidamente em um laboratório urbano da modernidade, impulsionado pela lógica da Belle Époque e por projetos sanitários e urbanísticos que pretendiam reconfigurar a capital federal segundo os moldes europeus. Entretanto, o mesmo espaço que se pretendia vitrine do progresso tornou-se palco de fortes tensões sociais, culminando na Revolta da Vacina de 1904. Nesse cenário contraditório, emerge a Escola Militar da Praia Vermelha como um microcosmo privilegiado para se compreender as disputas entre modernização autoritária e aspirações de cidadania. Mais do que um simples espaço de formação técnica, a Escola revelou-se um território de politização juvenil, cujas práticas cotidianas desafiavam o rígido projeto republicano de disciplinamento social.

A Revolta da Vacina, tradicionalmente analisada sob a ótica dos movimentos populares urbanos, ganha, neste trabalho, uma nova chave de leitura: a partir do protagonismo dos cadetes da Praia Vermelha. Inseridos em um ambiente que ainda preservava fortes traços bacharelescos e uma cultura política ativa, esses jovens militares demonstraram que a formação escolar também podia ser espaço de contestação e construção crítica da realidade social. O fechamento da Escola, em resposta à sua participação no movimento, evidencia o temor das elites republicanas frente a uma formação militar que não se restringia à obediência, mas que cultivava pensamento autônomo e senso de justiça.

Nesse contexto, o presente estudo parte da seguinte **questão-problema**: de que modo a Escola Militar da Praia Vermelha, em sua configuração pedagógica e sociocultural, contribuiu para o engajamento político de seus cadetes na Revolta da Vacina, e quais foram os desdobramentos desse episódio para a educação militar no Brasil?

A **metodologia** adotada que nos ajuda a compreender essa problemática é de natureza qualitativa, ancorada em análise documental e bibliográfica. O corpus principal é composto pela obra *A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha*, de Lobato Filho (1948/1992), complementada por fontes hemerográficas da época (como a *Gazeta de Notícias*), além da literatura crítica sobre história militar e história urbana brasileira. A escolha por essas fontes visa permitir a reconstrução do cotidiano escolar, das práticas de sociabilidade e dos processos de politização que atravessaram a formação dos cadetes. Trabalhamos, ainda, com o conceito de “invenção do cotidiano” de Michel de Certeau (2005), para compreender como as práticas diárias dentro da escola revelavam uma tensão permanente entre a ordem imposta e a criatividade subversiva dos sujeitos. Utilizamos também as contribuições de José Murilo de Carvalho (2006) sobre as relações entre Forças Armadas e política no Brasil, e de Michel Foucault (1987) quanto à análise das tecnologias disciplinares aplicadas à educação militar.

A análise que propomos, portanto, situa-se na confluência entre a história social da cidade, a história da educação militar e a teoria crítica da modernidade. A partir dessa perspectiva interdisciplinar, pretendemos não apenas reconstruir os acontecimentos históricos, mas também refletir sobre seus impactos sociais, culturais e institucionais, sobretudo para o debate contemporâneo acerca da formação militar cidadã.

Para desenvolver essa proposta, o primeiro passo será a apresentação e análise das **fontes documentais e bibliográficas** que embasam nossa reflexão. A seguir, passaremos ao estudo do cotidiano da Escola da Praia Vermelha e da construção da "mocidade militar" como ator político nas tensões republicanas do início do século XX.

2 METODOLOGIA

A investigação proposta se ancora em um conjunto de fontes documentais e bibliográficas que, em sua diversidade, permitem recompor a tessitura histórica, social e simbólica da Escola Militar da Praia Vermelha no contexto da Revolta da Vacina. Como documento central, tomamos a obra *A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha*, de autoria do General Lobato Filho (1948; reeditada em 1992 pela BIBLIEC), cujo caráter memorialístico, embora carregado de subjetividade, oferece valiosos indícios sobre o cotidiano escolar, as práticas de sociabilidade entre os cadetes e a atmosfera política que permeava a instituição. A narrativa de Lobato Filho não se limita a registrar fatos; ela dá voz a um *ethos* coletivo, revelando as contradições entre a formação acadêmico-humanista e a disciplinarização militar pretendida pelas reformas republicanas.

Complementarmente, analisamos fontes hemerográficas, em especial os registros *da Gazeta de Notícias* (edição de 15 de novembro de 1904), que documentam a participação dos alunos na Revolta da Vacina e o imediato impacto político que levou à extinção da Escola. Estas fontes primárias são cotejadas com literatura crítica especializada, como as obras de José Murilo de Carvalho (2006), que discute as relações entre militarismo e política no Brasil, de Michel de Certeau (2005), que oferece subsídios teóricos para a leitura do cotidiano como espaço de resistência e invenção, e de Michel Foucault (1987), cujos conceitos sobre tecnologias disciplinares e poder são fundamentais para compreendermos a reconfiguração do ensino militar no início do século XX.

Ao articular fontes primárias e secundárias, memorialísticas e jornalísticas, buscamos uma análise crítica que vá além da linearidade factual, investindo na compreensão das forças sociais, culturais e institucionais em disputa no interior da Praia Vermelha. A seguir, desenvolveremos a análise do papel da Escola Militar da Praia Vermelha como espaço de formação de uma “mocidade

militar” engajada, evidenciando as tensões que permearam a relação entre educação, política e sociedade nas primeiras décadas da República brasileira.

3 A CIDADE E A MEMÓRIA: CENAS DO COTIDIANO

Ao flanarmos pela cidade, construímos uma percepção pessoal que se cruza com a imagem pública da urbe. De acordo com Kevin Lynch, podemos encontrar a imagem da cidade em seus leitores, que escolhem pontos de referência para articular seu discurso (Lynch, 1982, p.20). Enquanto discurso, a cidade faz com que seus habitantes a ressignifiquem por meio de múltiplos olhares.

Em **Cidades Invisíveis**, Ítalo Calvino coloca em cena o narrador Marco Polo que relata a Kublai Khan, o Imperador dos Tártaros, as cidades que constroem a partir da memória. Ao descrever a cidade Zaíra, por exemplo, ele traça uma espécie de cartografia urbana, delineando as ruas, os degraus, os pórticos e as lâminas de zinco dos tetos. Para além dessas descrições físicas, Polo afirma que a cidade não é feita somente da parte física, mas ela também abrange “as relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até o lampião, [...] o percurso do cortejo nupcial da rainha e o salto do adúltero que foge de madrugada.” (CALVINO, 2003, p.15). Assim como em **Cidades Invisíveis**, onde Marco Polo descreve cidades imaginárias a partir das relações afetivas e das memórias, compreendemos que a urbe é mais do que sua materialidade física: ela é também um palimpsesto de histórias, práticas e resistências.

Uma cidade se comporta mais do que um projeto, ela contém as vivências, as histórias e as tradições do seu povo, cujas marcas estão contidas nas ruas, nas esquinas, “nos ângulos retos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, em cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhos, esfoladuras (Calvino, 2003, p.15-16). Nesse sentido, a cidade se tornou palco para a encenação do progresso e foi na virada do século XIX para o século XX, que o espaço urbano ganhou destaque como signo da modernidade, a partir de um intenso processo de industrialização, na esteira da consolidação do capitalismo.

O desenvolvimento urbano, que teve início na Europa no século XIX, transformou a cidade em foco da civilização e do progresso e se espalhou também para a América do Sul, e o Brasil recebeu os influxos de um novo modo de se organizar o espaço, modernizando-o. Na virada do século XIX para o XX, vivia-se o período Belle Époque, momento esse de grande entusiasmo e novas ideias tanto nos campos social, político, econômico como também nas artes.

A cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, sob a égide da Belle Époque em meio às novas sociabilidades, advindas da indústria do entretenimento, assiste, em seus avessos, à Revolta da Vacina. As reformas urbanas e sanitárias, implementadas a partir de 1902, visavam criar uma cidade

higienizada, europeizada e disciplinada. Contudo, tais mudanças, ao desconsiderarem as dinâmicas populares, geraram um profundo mal-estar social que explodiu em movimentos como a Revolta da Vacina.

Essa revolta representou uma ampla manifestação política que reivindicava a solução de vários problemas urbanos, como a criação de redes de água e esgoto, um ambiente salubre, bem como melhores condições de vida e de trabalho. A aprovação da Lei da Vacina levou a população à revolta, a qual eclodiu no dia 10 de novembro de 1904, mas, posteriormente, o governo suspendeu sua obrigatoriedade.

A imprensa da época registrou todo o evento e seus desdobramentos, como foi caso do Jornal **Gazeta de Notícias**. Vale ressaltar que a Revolta dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha ocorreu em 14 de novembro de 1904 e a Gazeta de Notícias noticia os fatos no dia 15 de novembro, data em que se celebra a Proclamação da República.

3.1 MANCHETE DO JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS

Figura 1 Gazeta de Notícias. 15 nov.1904, n.320, p. 1. Fonte Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.



A Revolta da Vacina contou com a adesão dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, tendo como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro. A cidade, em sua efervescência durante a Belle Époque, não era apenas um cenário de progresso e modernidade; ela também era o palco onde se desenrolavam tensões sociais e políticas que moldavam a vida de seus habitantes. A Escola Militar da Praia Vermelha, como um microcosmo da sociedade carioca, refletia as aspirações e frustrações da época.

A formação de jovens cadetes, imersa em um ambiente que refletia as mudanças urbanas e a nova ordem social imposta pela industrialização, revela como a educação militar não era apenas uma

questão de formação profissional, mas também uma arena de mobilização política. Os estudantes da Escola, ao se engajarem na Revolta da Vacina, se tornaram agentes ativos na luta por direitos e melhorias nas condições de vida, demonstrando a intersecção entre a educação e a vida pública.

A Revolta da Vacina, que eclodiu em 10 de novembro de 1904, foi um reflexo das tensões acumuladas em um Brasil que buscava se modernizar frente às exigências sanitárias e sociais. A imposição da vacinação obrigatória, como destaca Nascimento (2013, p.3), provocou uma manifestação política, em reivindicação para a melhoria dos problemas urbanos: rede de águas, esgoto e, sobretudo, um ambiente onde não proliferasse doenças, ou seja, almejavam-se melhores condições de vida e de trabalho.

A adesão dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha se insere em um momento crucial da história brasileira, onde a luta por cidadania e saúde pública se entrelaça com a formação de uma nova identidade nacional. A aprovação da Lei da Vacina foi o estopim que levou a população à revolta, a qual eclodiu no dia 10 de novembro de 1904 e os militares aderiram ao motim, em virtude de uma insatisfação generalizada com o Governo Republicano, reivindicando o retorno dos ideais que inspiraram a República. O fechamento da Escola da Praia Vermelha em 1904 e os novos regulamentos, editados entre 1905 e 1919, reformaram o ensino militar, com o objetivo de “acabar com o bacharelismo militar” (MOTTA, 1998, p. 232). Essas ações conseguiram impor uma formação técnico-profissional no curso da Escola Militar e, em parte, conter o engajamento político dos alunos da escola.

A Escola Militar da Praia Vermelha se converteu em um espaço de formação e mobilização política pelo seu traço de ensino pautado no bacharelismo tendo como epíteto “O Tabernáculo da Ciência,” pois, nas últimas décadas do Império, a Escola da Praia Vermelha havia o predomínio de um ensino baseado no conjunto de ideias científicas da época. O historiador José Murilo de Carvalho assinala em sua obra **Forças Armadas e Política no Brasil** que a diretriz da Escola Militar dava ênfase à meritocracia concedendo o título de “Alferes Aluno”. Tal título era dado aos alunos que eram aprovados com 100% de aproveitamento ao final dos anos iniciais, o que representava para além do prestígio acadêmico, um substancial aumento do soldo:

possuindo na alma, no espírito, nas atitudes e até mesmo nos olhos as mais justificadas esperanças de conseguirem no fim do ano prestes a se iniciar, o almejado prêmio de alferes-aluno e parte, de cadetes que, por qualquer motivo, não haviam conseguido a plenificação, sempre vítimas daquele tríplice obstáculo armado no 1º ano (álgebra superior, analítica, cálculo infinitesimal) e, por esse motivo, se conservavam um pouco tristes, ou, pelo menos, haviam perdido um pouco de seu élan. Em terceiro lugar, uma pequena turma de terceiro-anistas, composta dos que não haviam conseguido o prêmio de alferes-aluno no 2º ano. (LOBATO FILHO, 1992, p. 13).

Tal linha educacional sofreu mudanças em 1905, quando foi editado o regulamento do ensino do Exército, que modificou a diretriz da Escola, centrando no profissional militar com formação prática e, portanto, segundo a visão da época, com características mais adequadas às reais necessidades de formação do oficial do Exército brasileiro. O objetivo fundamental era a formação de um aluno com forte espírito militar, apto às atividades de evolução tática, prática de tiro e às regras:

A Escola Militar, sobretudo após a entrada do positivismo, transformou-se num centro de estudos de matemática, filosofia e letras, mais do que de disciplinas militares. A influência positivista intensificou-se depois do ingresso de Benjamin Constant no quadro docente em 1872. Depoimentos de ex-alunos e o conteúdo das revistas publicadas pelos alunos denunciam a predominância de um ambiente muito distante do que seria de esperar numa instituição destinada a preparar técnicos em fazer guerra. (CARVALHO, p.24-25).

Para além dos jornais da época (1904) que trataram da manifestação dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, ressaltamos que o objeto de estudo do nosso trabalho foi a obra **A última noite da Escola da Praia Vermelha** de autoria do general Lobato Filho. A primeira edição veio a lume em 1948 pela extinta e tradicional Editora Pongetti, do Rio de Janeiro e, posteriormente, em 1992, a BIBLIEX – Biblioteca do Exército – reeditou o livro pela sua importância para a história e para a memória dos estabelecimentos de ensino militar.

Sobre o autor não foi possível localizar uma biografia. Entretanto, encontramos em um Jornal editado em João Pessoa, datado de 23 de dezembro de 1938, a notícia da visita do Coronel Lobato Filho, na qualidade de Chefe da 7^a Região Militar, com sede em Recife à Capital paraibana, acompanhado dos seus ajudantes de ordens, o Capitão José Bezerra de Andrade e o Tenente Edmundo Neves.

3.2 MANCHETE DO JORNAL A UNIÃO

Figura 2 Jornal A União. Ano 36, n. 286, p. 1. Fonte: Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.



O fechamento da Escola da Praia Vermelha em 1904, após a Revolta dos alunos engajados na Revolta da Vacina, ensejou a criação de novos regulamentos, que foram editados entre 1905 e 1919 e traziam em seu bojo uma reforma para o ensino militar, com o objetivo de “acabar com o bacharelismo militar” (MOTTA, 1998, p. 232). Essas ações conseguiram impor uma formação técnico-profissional no curso da Escola Militar e, em parte, conter o engajamento político dos alunos da escola

A narrativa de Lobato Filho coloca em cena os últimos dias que culminaram no fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, fazendo uma espécie de crônica. Sobre o cotidiano, nos remetemos ao filósofo francês Michel De Certeau e seus postulados sobre “a invenção do cotidiano.” O cotidiano

é, para Michel de Certeau, “aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente.” (2003, p.91). Ou seja, o cotidiano nos postulados do filósofo francês é o espaço onde a cultura se manifesta através das práticas do dia a dia, ou seja, as “artes de fazer” dos indivíduos, em um processo de constante construção e transformação.

Em outras palavras, o cotidiano não é um cenário passivo, mas sim um campo de ação e de criação, onde a cultura se revela através das práticas do dia a dia. Nesse sentido, ao falarmos de cotidiano em um estabelecimento militar, como em qualquer espaço social, é a arena onde as pessoas inventam o seu próprio espaço e tempo, através de práticas e táticas que desafiam ou se adaptam à ordem dominante. A escola militar, com sua estrutura hierárquica e disciplina, não é exceção; o cotidiano ali é palco de estratégias e táticas dos alunos, professores e funcionários para navegar nesse ambiente.

Na obra **A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha**, o General Lobato Filho apresenta uma crônica que transcende a mera descrição dos últimos dias da escola. Por meio de uma narrativa que mistura memórias pessoais e eventos históricos, Lobato Filho capta a essência da vida cotidiana dos cadetes enquanto eles enfrentavam a turbulência política da Revolta da Vacina. Conforme o próprio autor descreve: “A vida na escola era como um microcosmo do que se passava na cidade, refletindo tanto as esperanças quanto as angústias daqueles que se preparavam para servir ao país.” (LOBATO FILHO, 1992, p.10). Sua prosa, rica em detalhes e reflexões, oferece uma perspectiva íntima sobre as aspirações dos jovens que ali se formavam.

Assim, ao explorarmos as práticas cotidianas e as redes de sociabilidade da Escola Militar da Praia Vermelha, veremos como a educação militar da época se tornou, paradoxalmente, um terreno fértil para a formação de sujeitos críticos e politizados. A seguir, analisaremos como essa dinâmica se expressou no cotidiano escolar e na ação coletiva dos cadetes durante a Revolta da Vacina.

A análise das fontes hemerográficas, sobretudo da obra **A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha**, de Lobato Filho (1992), permite observar que a Escola funcionava como um espaço de formação intelectual e política que ultrapassava a mera preparação técnica para o serviço militar. A vivência cotidiana dos cadetes era marcada tanto pelo rigor acadêmico quanto pela circulação de ideias progressistas, características que fermentaram a consciência crítica de seus alunos.

A participação dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha na Revolta da Vacina evidencia a mobilização de uma juventude militar que, influenciada por valores republicanos originários e pela cultura bacharelesca, resistiu ao projeto autoritário de modernização urbana e social do governo. O evento de 14 de novembro de 1904 resultou não apenas na extinção da Escola, mas também na implementação de reformas profundas no ensino militar entre 1905 e 1919, com a intenção explícita

de neutralizar o envolvimento político dos futuros oficiais, priorizando a formação técnico-profissional e reduzindo o espaço para o debate crítico e humanista.

Além disso, a reconfiguração do ensino militar, com o deslocamento das atividades para o subúrbio do Realengo, longe do centro político da capital, evidencia o esforço do Estado republicano para controlar a formação dos corpos e mentes militares, alinhando-os estritamente aos projetos institucionais de disciplinarização e contenção das manifestações de autonomia, como veremos no próximo tópico de discussão deste artigo.

4 A ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA E A “MOCIDADE MILITAR”

A obra **A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha** não constitui somente uma crônica sobre o fechamento de uma instituição, mas um testemunho da intersecção entre educação, política e sociedade em um Brasil em transformação. Fruto de suas vivências como aluno, a obra de Lobato Filho nos convida a refletir sobre como as experiências vividas dentro da escola se interrelacionaram com as lutas coletivas da população carioca, sugerindo que, ao longo da história, a formação de um cidadão consciente e engajado sempre esteve ligada às narrativas urbanas e às condições sociais.

Assim, a análise deste episódio histórico revela a relevância contínua da Escola Militar da Praia Vermelha como um símbolo da luta pela cidadania e pela modernidade no Brasil. O Rio de Janeiro e a Escola Militar estavam entrelaçados e davam o tom à “mocidade militar,” que faria a conspiração contra o nascente governo Republicano, se juntando aos revoltosos da vacina no período de 10 a 15 de novembro de 1904.

Em 1904, dois partidos dominavam a política nacional: o Conservador, das elites no poder, e o Republicano Federal, que reunia as oposições. Neste último, conforme Lobato Filho, (1992, p. 52), militavam os positivistas, entre os quais se destacavam o deputado Barbosa Lima, deputado, major de Estado-Maior e ex-governador de Pernambuco, e Lauro Sodré, figura central do partido, senador, coronel do Estado-Maior, primeiro governador do Estado do Pará. Entusiasmados com os ideais positivistas de liberdade de consciência e munidos da retórica das personalidades que admiravam, os alunos da Praia Vermelha entraram em um clima de rebelião, que teve como pretexto a revolta contra a obrigatoriedade da vacina.

A mocidade militar foi o germe para os mais diversos levantes dos quais os alunos da Escola Militar participaram. A narrativa de Lobato evidencia uma baixa militarização existente nesse espaço de saber militar. A escola representava, ainda no tempo do Império, um cadiño de politização

republicana, no qual os problemas políticos se amalgamavam às questões militares. (LOBATO FILHO, 1992, p. 3)

A convivência e a sociabilidade ao longo de seis anos de internato forjavam, em nível elevado, a irmandade entre seus alunos, o que facilitava ações político-militares e as ligações sociais eram exercidas mais no plano horizontal do que vertical:

Nenhuma dúvida pode haver de que esse regime de internato amalgamava solidamente o companheirismo incondicional. Restaria apenas julgar se esse companheirismo era um bem ou um mal.[...] O ponto essencial, ao se tratar da questão de subtrair a Escola Militar da influência da política, residia, sem dúvida, naquele notável companheirismo generalizado e incondicional, nascido da convivência de seis anos de internato. (LOBATO FILHO, 1992, P. 12-16).

Em linhas gerais, a Escola Militar da Praia Vermelha se constituiu um espaço acadêmico por excelência, reconhecidamente pela sociedade civil, onde havia um espaço de leitura dos grandes mestres do pensamento europeu, como Leibniz, Descartes, Fourier, Comte e outros. Essas práticas de leitura a caracterizavam como uma escola essencialmente civil de espectro militar.

O regulamento do ano de 1898 não modificou a estrutura paisana da escola, conforme assinalou Lobato Filho, [...] “conseguiu que o micrório político se conservasse como que adormecido” (1992, p. 51). Mesmo adormecido o gérmen político, o regulamento de 1898 não impediu que houvesse o levante político-militar na noite de 14 para 15 de novembro de 1904 dentro do conjunto de manifestações da chamada “revolta da vacina”: “pode-se, pois, dizer que o espírito do regulamento [...] tivesse o propósito bem calculado de inocular no cadete um pouco mais de vaidade intelectual que tomasse o lugar da tendência para a política.” (1992, p. 19).

As mudanças propostas pela reforma de 1898, não abafaram os ares da cultura bacharelesca e em 1905, com o novo regulamento buscou-se integrar o ensino prático e profissional às reais necessidades de formação do oficial do Exército brasileiro. O objetivo fundamental era a formação de um aluno com forte espírito militar, apto às atividades de evolução tática, prática de tiro e às regras de campanha. De acordo com os idealizadores, a reforma conquistaria o pleno sucesso mediante um regime disciplinar rígido de enquadramento constante, um currículo em que os saberes militares predominassem sobre os acadêmicos, considerando que esses saberes deveriam estar estreitamente relacionados à formação do militar, o que constituía uma tecnologia disciplinar de forjar corpos dóceis, conforme postulou o filósofo Michel Foucault (1987, p.187). Tal dispositivo da disciplina dos corpos os mobilizaram para que pudessem ser submetidos aos projetos institucionais, utilizados e aperfeiçoados como agentes modernizadores.

O novo regulamento de 1905 dispôs sobre as necessidades de formação do oficial, a partir de uma complementação de estudos em escolas de aplicação, com o propósito de fazer o adestramento dos alunos. Nesse regulamento, houve uma nova abordagem com referência à constituição do militar moderno, no qual a cultura geral foi contemplada sem os excessos da antiga Escola da Praia Vermelha, com a intenção de produzir uma cultura disciplinar homogênea sobre os corpos, proporcionando-lhes maior identificação:

Uma visita à velha Escola Militar da Praia Vermelha no fim de um ano escolar revelaria a seguinte situação: Em primeiro lugar, o 1º ano vazio, à espera das turmas que viriam das escolas preparatórias. Em segundo lugar, uma numerosa turma matriculada no 2º ano, parte constituída de cadetes que se poderiam chamar de brilhantes e eram os plenificados no 1º ano. (LOBATO FILHO, 1992, p. 14).

A participação dos alunos da Escola da Praia Vermelha na revolta da vacina, na tarde de 14 de novembro de 1904, o General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos retirou o comando da escola das mãos do General Costallat e marchou com os alunos para o Palácio do Catete, confrontando as tropas legais na Rua da Passagem, no bairro de Bota-fogo. O General foi ferido mortalmente e os alunos foram presos. Em virtude desse evento, a escola foi definitivamente extinta. Em seu lugar foram criadas a Escola de Guerra, a Escola de Aplicação, em Porto Alegre, e a Escola de Artilharia e Engenharia, no Realengo. Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, o Exército passou as atividades da Escola para a Escola do Realengo, no distante bairro do Realengo, longe do centro da cidade do Rio de Janeiro, no mesmo edifício onde já funcionava o Curso Preparatório e de Tática criado pela reforma de 1898. Tal transferência também representava uma tentativa de alijar seus alunos da vida política da capital do país, conforme assinalou Motta (1998):

Ali, naquele modesto subúrbio do Rio de Janeiro, a República iria fazer seus experimentos, em matéria de formação de oficiais para o Exército. Ali se refletiriam as preocupações do Ministro Mallet, tomariam corpo as reformulações do Ministro Hermes, os impulsos renovadores da “Missão Indígena”, o pensamento adulto da “Missão Francesa”. Ali repercutiriam, enfim, todas as vicissitudes do Exército republicano em busca dos caminhos que o levassem a estádio superior de eficiência técnica e de dignidade cívica. O Realengo não conheceu o fausto nem a grandiosidade. Suas instalações, embora ampliadas no decorrer do período, mantiveram-se adstritas a um quadro de sobriedade por vezes vizinho da pobreza. Tudo nele era modesto: salas, alojamentos, refeitórios, meios auxiliares do ensino. Modestos eram seus cadetes, oriundos, em sua quase totalidade de famílias pobres, e muito ligados ao povo pela origem e pelo estilo de vida. E dele saíram gerações de oficiais ávidas de afirmação, dotadas de acentuado espírito militar, extremamente dedicadas ao labor profissional. (MOTTA, 1998, p. 269)

O desfecho trágico da Escola Militar da Praia Vermelha, com sua extinção definitiva em 1904, marcou não apenas o fim de um ciclo institucional, mas o silenciamento de um projeto pedagógico cuja potência residia justamente na interlocução com o pensamento crítico, com a vida pública e com

os desafios do Brasil moderno em formação. Ao deslocar o ensino militar para Realengo, o Estado Republicano buscou mais do que uma reorganização funcional: intentou conter os impulsos de autonomia intelectual e engajamento político que a “mocidade militar” cultivara ao longo de décadas. Contudo, o legado da Praia Vermelha permanece como um símbolo de resistência formativa, em que o conhecimento, a convivência e o senso de justiça moldavam sujeitos dispostos a pensar e agir para além dos limites do quartel. Mais do que um espaço físico, a escola se converteu em um campo simbólico de disputas por um ideal de cidadania militar que integrasse erudição, disciplina e consciência histórica. Relevar a sua trajetória, a partir de Lobato Filho e de outros intérpretes críticos, é reconhecer que a formação militar, quando comprometida com os valores republicanos originários e com o pensamento livre, tem o poder de tensionar e transformar as estruturas do próprio Estado.

Dessa forma, a Escola Militar da Praia Vermelha revelou-se não apenas como uma instituição de ensino marcada por disputas internas entre o saber civil e a formação militar, mas como um espaço onde o projeto de modernização republicano encontrou resistência. A participação ativa de seus cadetes na Revolta da Vacina ilustra como a formação intelectual e o convívio comunitário no internato militar propiciaram uma consciência política que desafiava as imposições autoritárias do Estado. A extinção da escola, portanto, deve ser compreendida como resposta institucional a uma juventude militar que se articulava com os anseios populares por justiça, cidadania e transformação social. À luz dessa perspectiva, torna-se necessário refletir, nas considerações finais, sobre o legado dessa experiência e suas reverberações nos modos de formar sujeitos militares em contextos democráticos e pluralistas.

A experiência da Escola Militar da Praia Vermelha e sua participação nos eventos de 1904 ilustram a complexa relação entre educação militar, cidadania e práticas de resistência. Ao adotar práticas cotidianas que escapavam à disciplina formal, como a leitura de obras filosóficas e a organização de sociabilidades horizontais, os cadetes inventaram espaços de autonomia dentro da estrutura militar, em consonância com as proposições de Michel de Certeau (2005) sobre a invenção do cotidiano como prática subversiva.

Nesse sentido, a atuação dos cadetes pode ser interpretada, à luz da teoria foucaultiana (1987), como uma contestação das tecnologias de poder e disciplinarização que se intensificavam na República. O fechamento da Escola e a subsequente reforma do ensino militar refletem o temor do Estado diante de uma formação militar que, ao invés de produzir corpos dóceis e obedientes, fomentava sujeitos capazes de articular demandas sociais e tensionar a ordem estabelecida.

Essas reflexões apontam para a importância de repensar criticamente os modelos atuais de formação militar. A história da Praia Vermelha sugere que a construção de uma cidadania militar madura, crítica e comprometida com os valores democráticos, exige mais do que adestramento técnico:

requer a valorização da cultura humanista, da reflexão histórica e da capacidade de intervenção consciente na sociedade.

Em um contexto contemporâneo em que o papel das Forças Armadas na vida pública volta a ser tema de debates, revisitar essas experiências históricas não é apenas um exercício acadêmico, mas uma contribuição fundamental para a construção de práticas educacionais comprometidas com os princípios republicanos e democráticos.

5 CONCLUSÃO

A Escola Militar da Praia Vermelha encerrou suas atividades não apenas por questões administrativas ou disciplinares, mas porque encarnava um modelo educacional e cultural que se tornara dissonante frente ao projeto de nação defendido pelo governo republicano. Sua extinção simboliza o silenciamento de uma juventude militar pensante, crítica e engajada politicamente, cuja formação se dava também pela vivência urbana, pelas leituras filosóficas e pelas sociabilidades que extrapolavam os limites da caserna.

A Revolta da Vacina foi mais do que uma resposta à imposição sanitária; foi a expressão de uma crise de legitimidade e de representatividade em um país em processo de modernização autoritária. Nesse cenário, os cadetes da Praia Vermelha protagonizaram um capítulo que evidencia a potência do espaço escolar como lugar de formação política. Suas ações, embora reprimidas, deixaram marcas indeléveis na memória institucional e no imaginário da formação militar brasileira.

Revisitar a trajetória da Escola Militar da Praia Vermelha, especialmente no contexto da Revolta da Vacina de 1904, é lançar luz sobre uma experiência histórica que extrapola os limites de uma mera reorganização institucional. Trata-se de compreender como um modelo educacional, enraizado em valores científicos, humanistas e críticos, se tornou insustentável diante de um projeto republicano centralizador, que buscava disciplinar não apenas os corpos, mas também as consciências. A atuação da “mocidade militar” naquele episódio revela a força da formação intelectual ali promovida — uma formação capaz de fomentar o pensamento autônomo, o senso de justiça e a participação política.

No plano social, o episódio evidencia a tensão entre os ideais de cidadania e os limites impostos por um Estado que ainda se consolidava sob práticas autoritárias. Os cadetes da Praia Vermelha, ao se aliarem aos anseios populares, protagonizaram uma ação simbólica que rompeu com a imagem de um militar exclusivamente obediente, e afirmaram o papel político do sujeito em formação, mesmo em estruturas hierarquizadas. Culturalmente, o legado da escola mostra que a construção da identidade militar pode – e deve – dialogar com os grandes debates filosóficos e científicos de seu tempo,

alimentando uma visão de mundo mais ampla, sensível às transformações sociais e às desigualdades estruturais.

No campo da educação militar, a experiência da Escola da Praia Vermelha nos desafia a repensar os modelos pedagógicos vigentes. Ela nos interpela a conceber uma formação que vá além do adestramento técnico e da obediência cega, abrindo espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico, da consciência histórica e do compromisso ético com a nação e seu povo. Essa discussão se mostra ainda mais urgente em um tempo em que o papel das Forças Armadas na vida pública volta a ser debatido. Olhar para o passado, nesse sentido, não é um exercício de saudosismo, mas um gesto de responsabilidade política, cultural e educacional.

Reexaminar a experiência da Escola Militar da Praia Vermelha é mais do que revisitar um episódio singular da história brasileira; é reconhecer, de forma crítica, que os processos de formação militar sempre estiveram imbricados em disputas simbólicas sobre o tipo de sujeito que se deseja forjar para o exercício da cidadania armada. Longe de serem estruturas neutras, as instituições militares refletem – e muitas vezes tensionam – os valores da sociedade em que estão inseridas. Nesse sentido, a história da Praia Vermelha funciona como um espelho retrovisor que nos obriga a encarar as ambiguidades ainda presentes entre instrução e reflexão, comando e consciência, doutrina e discernimento. Que este percurso nos provoque a repensar os caminhos pedagógicos atuais, reconhecendo que formar militares não pode ser apenas um exercício técnico, mas uma tarefa ética e política voltada à construção de sujeitos capazes de compreender seu papel em uma sociedade democrática em constante transformação.

Assim, compreender a Praia Vermelha como símbolo da intersecção entre educação, cidadania e engajamento social é reconhecer a importância de preservar — e atualizar — as lições de sua história.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem aos participantes do **Grupo de Pesquisa Ensino Militar: estratégias formativas e prospectivas**, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificado pela Universidade da Força Aérea (UNIFA), pelo constante apoio intelectual, pelas ricas discussões e pelas contribuições críticas que fortaleceram o desenvolvimento desta pesquisa. A colaboração ativa dos integrantes do grupo reafirma a importância do trabalho coletivo e do compromisso com a excelência acadêmica na construção de conhecimentos voltados à formação militar cidadã, crítica e inovadora.

REFERÊNCIAS

A UNIÃO. João Pessoa, ano 36, n. 286, p. 1, 23 dez. 1938. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CALVINO, I. Cidades invisíveis. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.

CARVALHO, J. M. Forças armadas e política no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2005.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. 12. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves; Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 320, p. 1, 15 nov. 1904. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

LOBATO FILHO, General. A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - BIBLIEX, 1992.

MOTTA, J. Formação do oficial do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - BIBLIEX, 2001.